

Mediação da informação para mulheres: um estudo sobre a biblioteca comunitária Abdias Nascimento em Londrina/PR

Mediation of information for women: report on the community library
Abdias Nascimento in Londrina/PR

Barbara Angelica Colono

Graduanda em Biblioteconomia pela Universidade
Estadual de Londrina (UEL).
barbara.colono@hotmail.com

Luciane de Fatima Beckman

Cavalcante

Docente do Departamento de Ciência da
Informação da Universidade Estadual de Londrina
(UEL).
lucifbc@gmail.com

RESUMO

Bibliotecas comunitárias são uma reação das comunidades periféricas ao acesso desigual à informação e constituem um espaço importante para a democratização do conhecimento. Acredita-se que as bibliotecas alternativas podem colaborar com a luta feminista em busca de autonomia, empoderamento e combate ao machismo e à misoginia por meio da mediação da informação. A pesquisa teve como objetivo conhecer a Biblioteca Comunitária Abdias Nascimento, localizada em Londrina (PR) e analisar se a mediação da informação voltada para mulheres acontece e como ela é realizada. O referencial teórico tem como base a Teoria Crítica da Informação. A pesquisa preocupou-se em conceituar a biblioteca comunitária, analisar o histórico das bibliotecas e a influência da Ciência da Informação para a mudança de paradigmas e traz uma discussão em relação à opressão sobre a mulher e a responsabilidade social do bibliotecário frente a essa realidade. Por se tratar de uma pesquisa empírica, elegeu-se o estudo exploratório-descritivo combinado como o procedimento mais adequado e a entrevista semiestruturada como método para coleta de dados. Como resultado, percebeu-se que a Biblioteca Comunitária Abdias Nascimento não realiza nenhuma atividade de mediação que tenha como foco as mulheres, entretanto, a unidade têm um envolvimento muito forte com as questões raciais e femininas e já realizou eventos específicos para o público feminino. Por essa razão, disponibilizamos para desenvolver atividades no espaço e colaborar com a organização do acervo e automação da biblioteca.

Palavras-chaves: Mediação da Informação. Mulheres. Bibliotecas Comunitárias.

ABSTRACT

Community libraries are a reaction of peripheral communities to unequal access to information and constitute an important space for the democratization of knowledge. It is believed that alternative libraries can collaborate with the feminist struggle for autonomy, empowerment and against machismo and misogyny through the mediation of information. The research had as objective to know the Community Library Abdias Nascimento, located in Londrina and to analyze if the mediation of the information directed to women happens and how it is realized. The theoretical framework is based on Critical Information Theory. The research was concerned with conceptualizing the community library, analyzing the history of libraries and the influence of Information Science to change paradigms and brings a discussion about oppression of women and the social responsibility of the librarian in face of this reality. Since it is an empirical research, the combined exploratory-descriptive study was chosen as the most appropriate procedure and the semi-structured interview as a method for data collection. As a result, it was noticed that the Abdias Nascimento Community Library does not carry out any mediation activity that focuses on women, however, the unit has a very strong involvement with racial

and feminine issues and has already held specific events for the female audience. For this reason we have made available to develop activities in the space and to collaborate with the organization of the collection and automation of the library.

Keywords: Mediation of Information. Women. Community Libraries.

1 INTRODUÇÃO

O processo histórico e os avanços tecnológicos resultaram em um universo sustentado pela informação, vivemos no que muitos definem como Sociedade da Informação, na qual as estruturas econômicas, políticas, tecnológicas e sociais se configuram em função da informação e do conhecimento, propalados intensamente no século XX e XXI. A quantidade e a velocidade com que somos atingidos por mensagens, atualmente, é incalculável; a tecnologia possibilitou maior autonomia e acesso aos mais diversos conteúdos, porém precisamos nos questionar: todos os sujeitos estão inseridos nessa sociedade da informação? Ela existe de fato ou é apenas uma utopia?

O capitalismo fez da informação um elemento de poder, ao mesmo tempo que a informação possibilita a emancipação dos indivíduos, ela controla e segrega quando se torna um produto da indústria capitalista. As desigualdades no Brasil, fruto desse sistema, criaram duas realidades opostas, uma marcada pelo desenvolvimento tecnológico e informacional e outra onde a pobreza limita o acesso às tecnologias e à informação. As unidades de informação deveriam combater essas disparidades, possibilitando o acesso e apropriação da informação, porém, muitas unidades públicas agem como mantenedoras da ordem social vigente.

Como reação a esse cenário, as comunidades menos privilegiadas desenvolvem ações para promover a democratização da informação. Entre essas ações, percebe-se o surgimento de bibliotecas comunitárias, que são unidades informacionais criadas e gerenciadas pelo próprio grupo de maneira não estatal. As bibliotecas comunitárias surgem em espaços marginais e sua população tem necessidades informacionais específicas.

O projeto se inspira na luta do movimento feminista por respeito, liberdade e igualdade entre os gêneros e julga que tais conquistas só serão possíveis por meio da educação das mulheres, mas uma educação voltada para a autonomia e o protagonismo social, sendo as bibliotecas espaços capazes de promover a apropriação cultural e

informacional¹ por parte delas, desde que a mediação seja pautada nas usuárias e em suas necessidades informacionais. Para isso, torna-se essencial conhecer a realidade dessas mulheres, colocando-as como sujeitos da ação. Acredita-se que a mediação da informação possibilita aos indivíduos tornarem-se protagonistas sociais e melhorarem suas condições de vida a partir da conquista de sua autonomia.

A pesquisa teve como proposta conhecer a biblioteca comunitária Abdias Nascimento, localizada no Conjunto Habitacional Luiz de Sá, em Londrina, e analisar se a mediação da informação voltada para mulheres acontece ou não. No entanto, para compreendermos o universo da biblioteca comunitária, precisamos observar os paradigmas que marcaram a história das bibliotecas e a necessidade que surgiu com a Documentação e a Ciência da Informação de repensar essas unidades informacionais.

Quando falamos em mediação da informação para mulheres em bibliotecas comunitárias, não podemos deixar de pensar na responsabilidade social do bibliotecário. Por esse motivo, trataremos sobre o engajamento dos profissionais da informação no que diz respeito às questões sociais, como os cursos de graduação colaboram ou não para a formação de profissionais preocupados com as comunidades e como esses profissionais podem contribuir para o protagonismo social da mulher.

Buscou-se compreender o conceito de biblioteca comunitária a partir de um levantamento bibliográfico sobre o tema, estabelecendo relações com a opressão sobre a mulher, seguida pela apresentação da biblioteca comunitária de Londrina escolhida para a pesquisa. Por fim, apresentamos os resultados da experiência e propomos uma reflexão sobre o assunto, não com a intenção de concluir, mas sim de provocar inquietações sobre o tema para que novos estudos possam surgir e fortalecer as ações de mediação com vista ao protagonismo feminino.

2 HISTÓRIA DAS BIBLIOTECAS E A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

O conhecimento, enquanto saber apreendido pelos sujeitos através das experiências, só possui significado quando compartilhado. É a partir do compartilhamento e registro do conhecimento que conseguimos preservá-lo, disseminá-

¹Apropriação (informacional e cultural) na Ciência da Informação é compreendida como construção de sentido na relação entre sujeito e objeto, “resultado de reflexões críticas sobre experiências passadas”. (BATISTA, 2018, p. 17).

lo e, quando necessário, superá-lo. O desenvolvimento de uma sociedade depende do conhecimento que ela produz e conseqüentemente de sua organização, que torna possível a recuperação e uso da informação.

Francisco das Chagas de Souza (1998) afirma que a organização do conhecimento é uma das metas mais importantes da humanidade, pois possibilita potencializar a apropriação e o uso dos saberes que produzimos. Os saberes que as sociedades produzem se manifestam nos documentos, sejam eles bibliográficos ou não bibliográficos e, para organizar todos esses documentos, são necessários métodos e instrumentos capazes de contemplar a diversidade desses materiais e dessas sociedades. Dessa necessidade surgiram as primeiras bibliotecas; existentes desde a Antiguidade, essa instituição sofreu diversas mudanças de paradigmas e de funções, como veremos agora.

Espaços destinados a guardar documentos produzidos pelo homem existem desde as primeiras civilizações mesopotâmicas, informações registradas em papiros, pergaminhos ou tabletas de argila eram guardados junto com outros objetos nesses tempos, porém a palavra Biblioteca, de origem grega (*bibliothéke*), que significa depósito de livros, passou a ser usada para designar esses locais somente na Antiguidade Clássica (OLIVEIRA, 2005). Como o significado sugere, nesse período, a biblioteca não tinha caráter público e servia apenas para armazenar os documentos ao invés de disseminá-los.

Até o fim do período medieval, esse paradigma não se alterou, a diferença é que na Idade Média o conhecimento estava concentrado nas mãos do clero, por isso, as bibliotecas se localizavam nos espaços pertencentes à Igreja Católica; os responsáveis pela guarda dos documentos eram os religiosos, sendo o acesso negado à população leiga (OLIVEIRA, 2005). No século XIII, vemos o nascimento das primeiras universidades e a ampliação no número de bibliotecas (ORTEGA, 2004), porém, somente nos séculos XV e XVI esse paradigma começa a mudar por influência de alguns fatos históricos que veremos a seguir.

A invenção da imprensa por Gutenberg possibilitou a reprodução dos livros e tirou das mãos da igreja o monopólio sobre o conhecimento, a partir daí, as bibliotecas se expandiram e se separaram dos arquivos e museus, que normalmente se configuravam em um único espaço (ORTEGA, 2004). Outro fato importante para a mudança de paradigma diz respeito à Revolução Francesa (1789), na qual se lutava para tornar o conhecimento algo público, tirando da elite o controle sobre o mesmo.

Esses acontecimentos resultaram na criação das primeiras bibliotecas públicas, inicialmente, na Europa e nos Estados Unidos da América, mas, no Brasil, os aspectos não diferem muito, visto que as bibliotecas começaram com a vinda dos jesuítas e, posteriormente, se restringiram aos acervos reais; com a instauração da República, vemos surgir as bibliotecas públicas (OLIVEIRA, 2005).

Com a invenção da imprensa no século XV, houve uma multiplicação da produção de livros. Com o intuito de inventariar toda essa produção, começaram a se desenvolver bibliografias. Foi a partir delas que Paul Otlet, em fins do século XVIII, iniciou um movimento colaborativo para inventariar toda produção humana, refletindo posteriormente na criação da disciplina de Documentação, que propunha o trabalho integrado entre as instituições informacionais com o objetivo de listar os objetos documentais, visando assim à disseminação da informação (ARAÚJO, 2014).

Segundo Jorge Werhein (2000), a sociedade pós-industrial sofreu fortes mudanças técnicas, organizacionais e administrativas, dando origem à Sociedade da Informação. Para o autor, a economia nessa sociedade não gira mais em torno dos insumos baratos de energia, mas sim dos insumos baratos de informação (WERHEIN, 2000). Além disso, é preciso considerar o contexto pós Segunda Guerra Mundial, que provocou uma expansão e supervalorização da informação, além do avanço científico e tecnológico. Esses eventos resultaram no desenvolvimento da Ciência da Informação.

Embora a Ciência da Informação tenha se constituído recentemente e mantenha relações com a Biblioteconomia, ela não é a evolução desta última, pois a Ciência da Informação e a Biblioteconomia possuem especificidades (OLIVEIRA, 2005). Entretanto, é possível perceber a influência da Ciência da Informação para a mudança de paradigmas na Biblioteconomia.

Até aqui podemos perceber dois paradigmas, o da conservação cultural e o da difusão cultural, que se expressam na forma de bibliotecas *templum* e *emporium*, como define Perrotti (2017). Segundo o autor, as bibliotecas *templum* são as instituições da antiguidade e medievo, nas quais o objetivo era a conservação e o controle da memória social, enquanto as bibliotecas *emporium* são aquelas que surgiram da efervescência dos movimentos reformadores e ideais iluministas que instauraram a biblioteca pública, visando a democratização dos saberes.

No entanto, com os estudos desenvolvidos pela Ciência da Informação sobre os fluxos de informação e comportamento de usuários, podemos perceber a forte influência

na Biblioteconomia que mudou o foco de suas ações, do acervo para os usuários. Com isso, temos novos estudos e práticas que propõem uma biblioteca mais humanizada e que assume um papel social dentro da comunidade em que se encontra. Nessa nova visão de biblioteca, sua função não é apenas a conservação e a assimilação da informação pelo usuário, mas sim a apropriação.

Perrotti (2017) se refere a esse perfil de bibliotecas como bibliotecas *forum*, na qual os sujeitos participam do processo de construção do conhecimento e da cultura, ao contrário das bibliotecas *templum* e *emporium*, nas quais o indivíduo apenas assimila um conhecimento pré-fabricado de forma acrítica. Em uma biblioteca fórum, as pessoas se tornam protagonistas sociais, elas fazem parte das ações e por isso, são sujeitos de sua história e não sujeitados.

Todo esse caminho que percorremos até aqui foi para visualizarmos o quanto a biblioteca se transformou e no quão importante pode vir a ser, enquanto ferramenta para emancipação dos sujeitos, especialmente, no que diz respeito às mulheres de comunidades periféricas. Entretanto, o protagonismo social só é possível através da mediação, da relação cultural entre os sujeitos, por esse motivo propomos pensar sobre as mediações e o papel social do bibliotecário para alcançarmos o ideal de biblioteca *forum*, para tornamos a biblioteca algo além de um “depósito de livros”.

3 A RESPONSABILIDADE SOCIAL DO BIBLIOTECÁRIO E A MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO

Falar sobre a responsabilidade social das bibliotecas torna-se um desafio, visto que poucas pesquisas se dedicam ao tema e grande parte dos cursos de Biblioteconomia e dos profissionais da área ainda se preocupam mais com questões técnicas e tradicionais. Embora não se queira criar estereótipos, é impossível não perceber o perfil pouco social e de desengajamento político que os cursos de Biblioteconomia carregam.

Almeida Junior (1997) chama a atenção para o desinteresse que a sociedade capitalista provocou em relação às bibliotecas públicas, tanto por parte dos profissionais, quanto dos usuários, pois essa instituição se apresenta muitas vezes inerte, passiva e neutra frente à realidade, apenas reproduzindo o discurso das camadas dominantes da sociedade, não assumindo seu papel social.

Nota-se que grande parte dos bibliotecários que ocupam cargos públicos estão mais preocupados com a estabilidade e os benefícios que a carreira possibilita do que com o papel que a instituição deveria desempenhar e que depende, em parte, da atuação dos mesmos; essa realidade perpetua a ideia de biblioteca *templum*, conservadora, inacessível e leva muitas pessoas a escolherem o curso apenas por interesse nos concursos públicos.

Como dito anteriormente, a configuração da sociedade capitalista leva à desvalorização das bibliotecas públicas por falta de profissionais comprometidos socialmente. No caso das bibliotecas comunitárias, não há nem mesmo bibliotecários atuando nesses espaços, pois, como veremos mais adiante, essas bibliotecas são mantidas por voluntários da comunidade. Por essa razão, pretende-se, nesta seção, abordar a questão da responsabilidade social e da mediação com o objetivo de contribuir para a conscientização sobre o papel social da biblioteca, por parte dos bibliotecários.

Apesar desse cenário ser uma realidade preocupante, é possível perceber algumas transformações. As Diretrizes Curriculares Nacionais (BRASIL, 2001) do curso de Biblioteconomia, aprovadas em 2001, passaram a contemplar aspectos sociais da profissão e prezam pelo tratamento e disseminação da informação de maneira crítica para que bibliotecários atendam às necessidades informacionais das diferentes comunidades. No que diz respeito aos conteúdos propostos pelas diretrizes, a maioria ainda é de caráter técnico, porém, a visível mudança nas diretrizes influencia a evolução dos currículos das Instituições de Ensino Superior de Biblioteconomia e traz reflexões a respeito das responsabilidades que a profissão carrega.

Embora no exercício da profissão ainda seja difícil perceber a conscientização dos bibliotecários em relação a seu papel social e seu envolvimento com práticas humanitárias, as transformações no meio acadêmico possibilitam falar de conceitos antes não abordados pela Biblioteconomia e refletem na formação de um novo perfil de bibliotecário.

As transformações econômicas, tecnológicas e políticas são acompanhadas pelo aparecimento de novos questionamentos e conceitos, visto que provocam alterações nas estruturas sociais e, por vezes, a desigual distribuição dos recursos, como ocorreu com o avanço do capitalismo e da globalização. Na tentativa de corrigir os efeitos negativos do neoliberalismo reinante no início do século XX, o conceito de Responsabilidade Social passou a ser utilizado no meio empresarial como sinônimo de comprometimento com a

comunidade, uma maneira de compensar a sociedade pelas consequências negativas das atividades empresariais (MORAES; LUCAS, 2012).

Se pensarmos a Informação como um recurso – que por sua vez também é distribuído desigualmente na sociedade atual, excluindo uma parcela da população da dita sociedade do conhecimento – e que o bibliotecário, enquanto cientista da informação, é responsável pela disseminação da informação, então, compreende-se que o mesmo tem a responsabilidade social de combater o acesso desigual ao conhecimento a partir do comprometimento com a comunidade. Portanto, falar em responsabilidade social na Biblioteconomia é assumir a obrigação de atenuar as consequências negativas da atual configuração social.

Sobre a emancipação dos sujeitos e a importância do bibliotecário nesse processo, Dudziak (2007) sintetiza as discussões realizadas no *High-level Colloquium in Information Literacy and Lifelong Learning* (HLC):

[...] a existência de cidadãos emancipados e socialmente incluídos depende da capacidade de todos (coletividade), e de cada um, de desenvolver continuamente a competência em informação, o aprender a aprender e o aprendizado ao longo da vida. Estes três elementos são pré-requisitos para a efetiva participação em uma Sociedade de Conhecimento e formam a base sobre a qual torna-se possível transformar a realidade (HLC, 2006 apud DUDZIAK, 2007, p. 89).

A mediação da informação se apresenta como tema recente, porém, em grande destaque na Ciência da Informação, principalmente no que diz respeito às atividades de mediação e ao papel do mediador. Segundo Henriette Gomes (2014), o objetivo da mediação é o protagonismo social, ou seja, a interação entre polos que se dá pela comunicação e que é alcançada por meio do processo dialógico e da consciência do mediador enquanto sujeito que age, constrói e interfere no meio, sendo responsável pela produção humanizadora do mundo.

A base da ação mediadora é a dialogia; é através da comunicação e do compartilhamento que os sujeitos constroem significações, promovem o encontro e a manifestação das subjetividades, colaborando para a reflexão crítica sobre os conhecimentos que nos faltam e torna possível o desenvolvimento intelectual. Como sugere Vygotsky (apud GOMES, 2014), é pela ação mediadora que desenvolvemos nossa potencialidade. A mediação, segundo Freire (apud GOMES, 2014), nos transforma em sujeitos da nossa própria história, pois nos faz capazes de pensar sobre as coisas do

mundo e nosso papel na sociedade. Com essa consciência, podemos interferir na realidade e modificá-la, agindo como protagonistas.

O mediador da informação é movido pelas necessidades informacionais e, por meio de sua ação, todos os envolvidos na mediação podem descobrir novas possibilidades e potencialidades. O mediador, como um protagonista social, tem a responsabilidade de cuidar, organizar, preservar, disseminar e recuperar a informação para acesso, uso e apropriação pela sociedade. Sua ação reflete em autoconhecimento e autorrealização, configurando, assim, a dimensão estética da mediação, na qual os sujeitos encontram a poética e o belo no ato de criar e conforto no ambiente informacional, conforto esse garantido pela dialogia, pela comunicação colaborativa entre mediador e mediado (GOMES, 2014).

Henriette Gomes (2014) chama nossa atenção para a dimensão ética da mediação, que estabelece uma linha tênue entre interação e manipulação. A ação mediadora é uma interferência na realidade, contudo é preciso agir com cautela para amenizar os riscos de manipulação, com ética, consciência e competência é possível interferir sem manipular, estabelecendo uma relação de confiança, diálogo e cooperação:

A consciência e a competência para interferir evitando a manipulação são dependentes da conduta ética associada à busca de identificação de sinais que indiquem o grau de conforto, confiança, cumplicidade e cooperação que se pode gerar na ação mediadora. Isso implica no desenvolvimento de competências para acolher, ouvir e dialogar com o outro, implica na capacidade de escuta e observação sensíveis dos comportamentos que se desdobram da ação mediadora, além da adoção de princípios que inibam a censura e o direcionamento do acesso à informação que desconsidere a igualdade de direitos e a liberdade de pensamento. (GOMES, 2014, p. 53).

Assim, a dimensão ética revela a mediação como um ato de cuidar, pois se preocupa com o coletivo, em garantir o direito à informação, em estabelecer um sentimento de pertença e com a humanização do mundo. A mediação também implica na formação de usuários, partindo da perspectiva de Pareyson, na qual os seres humanos estão em constante formação. Gomes (2014) demonstra que a mediação tem papel determinante na formação, pois é através das experiências e da interação – entre sujeitos, sujeitos e objeto e sujeitos e o meio – que a formação acontece, alterando o estado cognitivo e afetivo do indivíduo.

4 AS BIBLIOTECAS COMUNITÁRIAS COMO ESPAÇO DE RESISTÊNCIA À OPRESSÃO SOBRE A MULHER

Os estudos sobre Biblioteca Comunitária ainda são escassos no meio acadêmico, porém dois trabalhos se destacam: “Bibliotecas Públicas e Bibliotecas Alternativas”, de Almeida Junior (1997), que discorre sobre o modelo tradicional e as propostas alternativas que surgiram na tentativa de transformar a concepção e a atuação da biblioteca pública tradicional; e a tese de Elisa Machado (2008), “Bibliotecas comunitárias como prática social no Brasil”, que busca conceituar a biblioteca comunitária e tenta compreender a relação entre os sujeitos e o objeto da pesquisa, possibilitando responder questões referentes a construção desses espaços, o perfil do profissional que neles atuam, como se relacionam com a comunidade, qual o papel da Biblioteconomia e da Ciência da Informação e quais as políticas públicas são realizadas para esses projetos.

Segundo Machado (2008), as bibliotecas e as práticas sociais estão vinculadas ao contexto no qual ocorrem. A biblioteca comunitária surge como uma resposta aos impactos causados pela pós-modernidade, como a sensação de desequilíbrio, a aceleração do tempo e das relações provocada pelo avanço tecnológico, assim como o individualismo e a desigualdade no acesso à informação.

A informação e o conhecimento tornaram-se um problema social ao serem convertidos em produtos aos quais somente quem tem poder de compra tem acesso, situação agravada ainda mais pela falta de políticas pública. Como forma de combater a exclusão social e solucionar a falta de acesso à informação e à leitura, surgem as bibliotecas comunitárias a partir de ações comunitárias coletivas (MACHADO, 2008).

A definição do termo é complexa: muitas bibliotecas com as mesmas características e objetivos usam o termo biblioteca popular, porém a autora ressalta que a criação da biblioteca popular está imersa no movimento populista do governo brasileiro entre as décadas de 1930 e 1960. Muitas vezes a mudança ocorre apenas na esfera semântica, conservando os mesmos serviços da biblioteca pública, como observado por Almeida Junior (1997).

Entretanto, Machado (2008, p. 60-61) elenca algumas particularidades da biblioteca comunitária:

1. a forma de constituição: são bibliotecas criadas efetivamente pela e não para a comunidade, como resultado de uma ação cultural.

2. a perspectiva comum do grupo em torno do combate à exclusão informacional como forma de luta pela igualdade e justiça social.
3. o processo de articulação local e o forte vínculo com a comunidade.
4. a referência espacial: estão, em geral, localizadas em regiões periféricas.
5. o fato de não serem instituições governamentais, ou com vinculação direta aos Municípios, Estados ou Federação.

Dessa forma, a biblioteca comunitária pode ser considerada um outro tipo de espaço, diferente da biblioteca pública, pois se pauta na autonomia, flexibilidade e articulação local, além de valorizar a ação cultural acima da organização e tratamento da informação (MACHADO, 2008), se apresentando como um espaço fecundo para a resistência frente à opressão sobre a mulher, contrariando Almeida Junior (1997), que a define apenas como um simulacro da biblioteca pública.

A origem da opressão sobre a mulher é tema recorrente nas teorias feministas e, ao longo do tempo, desenvolveram-se diferentes tentativas de explicar o surgimento do patriarcado. Uma das teorias se refere às significações dadas às diferenças fisiológicas entre homens e mulheres – como a força muscular inferior da mulher e a reprodução, que foram utilizadas como justificativas (infundadas) para a subordinação da mulher (BEAUVOIR, 1970). A sexualidade e o falocentrismo são outra explicação para a subjugação da mulher, visto que criou-se um simbolismo sobre o homem e seu falo que foi compreendido como símbolo de soberania, sendo esse discurso fortalecido pelas teorias psicanalíticas (BEAUVOIR, 1970).

Ainda de acordo com Beauvoir (1970), o materialismo histórico de Engels entende a opressão sobre a mulher como uma consequência do estabelecimento da propriedade privada e da família, pois ao dominar propriedades e outros grupos por meio da escravidão, o homem tornou-se também proprietário da mulher. Sendo assim, a origem do patriarcado está ligada a aspectos econômicos e à divisão do trabalho. Entretanto, a autora ressalta que o materialismo histórico não dá conta de compreender todos os aspectos que envolvem o que é ser mulher, por isso faz-se necessário uma abordagem que contemple tanto questões biológicas, psicanalíticas e econômicas.

Mais importante do que descobrir a origem da opressão sobre a mulher é assumir que ela existe e compreender como ela opera, para que assim seja possível desconstruir as bases que a sustentam. Para tanto, é essencial desnaturalizar a condição feminina, ou seja, reconhecer que ser mulher não é uma condição natural determinada pelo sexo, mas sim uma condição social e culturalmente construída por meio do gênero.

Para Beauvoir (1967) e Scott (1990), a mulher é definida pelos papéis sociais à ela atribuídos, por isso a afirmação:

Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino. (BEAUVOIR, 1967, p. 9).

Compreende-se que o gênero é um dos fatores para a desigualdade entre os seres, entretanto, acredita-se que há uma intersecção entre gênero, raça e classe social, que são determinantes nas formas de opressão vividas pelas mulheres, visto que ser mulher é uma condição que varia de acordo com a cor e a classe social a qual se pertence e que, em muitos casos, são desconsiderados pelas teorias feministas.

De acordo com Rodrigues (2013), a interseccionalidade foi um termo cunhado pelas ativistas do movimento negro e feminista dos anos 1980 pela necessidade de romper o silêncio do feminismo branco em relação às opressões que associavam racismo e sexismo e conquistar direitos sociais e políticas públicas que englobasse as condições de gênero e raça. Kimberle Crenshaw é uma das mais importantes feministas que abordam a interseccionalidade. Segundo ela:

O desafio é incorporar a questão de gênero à prática dos direitos humanos e a questão racial ao gênero. Isso significa que precisamos compreender que homens e mulheres podem experimentar situações de racismo de maneiras especificamente relacionadas ao seu gênero. As mulheres devem ser protegidas quando são vítimas de discriminação racial, da mesma maneira que os homens, e devem ser protegidas quando sofrem discriminação de gênero/racial de maneiras diferentes. Da mesma forma, quando mulheres negras sofrem discriminação de gênero, iguais às sofridas pelas mulheres dominantes, devem ser protegidas, assim quando experimentam discriminações raciais que as brancas frequentemente não experimentam. Esse é o desafio da interseccionalidade. (CHENSHAW, [2012?], p. 9).

Segundo Chenshaw [2012?], a interseccionalidade possibilita aproximar as instituições no que diz respeito aos direitos humanos, uma vez que permite reflexões multidimensionais sobre as discriminações e desigualdades sociais. A biblioteca, enquanto instituição, tem a capacidade de promover o debate e ações de combate à desigualdade de forma mais completa, se levar em consideração os aspectos de gênero, raça e classe social que envolvem as mulheres. A biblioteca comunitária foi escolhida para

a pesquisa devido à natureza desse espaço, que, por se formar em regiões periféricas, se configura como forma de resistência das minorias e delas se aproximam mais do que as unidades públicas.

Paulo Freire (1983, 1996, 2011) defende que a revolução acontece por meio da educação crítica, que, ao contrário da educação bancária, promove a conscientização política dos sujeitos, que percebem-se como oprimidos e buscam mudança através da práxis. O diálogo e a comunicação são promotores da liberdade, pois, por meio destes, os indivíduos se colocam como sujeitos do processo histórico, capazes de transformar o mundo. Freire vê a educação como uma ação política e cidadã, que deve acontecer não apenas na sala de aula, mas em todos os espaços de interação social – e por que não nas bibliotecas comunitárias?

Flusser (1983) define a biblioteca como um instrumento de ação cultural, sendo a ação cultural a ideologia política de uma profissão, que possui uma motivação manipuladora (normativa) ou visa promover a emergência cultural (transformadora). Para que a ação cultural seja transformadora, é preciso promover o encontro entre os sujeitos fora desse sistema normativo, possibilitando a criatividade e criação, por meio da qual o indivíduo se torna cidadão(ã).

Segundo Flusser (1983, p. 162), “para que uma biblioteca possa vir a ser uma biblioteca-ação cultural é necessário que ela se volte para o não público” – são aqueles a quem a sociedade limita ou recusa os meios para optar livremente. Na prática, podemos tornar as bibliotecas comunitárias espaços de transformação social por meio do diálogo crítico que objetive a autonomia e da aproximação entre as instituições/movimentos que lutem por direitos humanos e sociais.

No caso das mulheres, as bibliotecas comunitárias podem estabelecer relações entre as políticas públicas de acesso à informação e de fomento à leitura com as políticas públicas de gênero, raça e classe social. É possível promover campanhas de combate ao racismo e à violência contra a mulher, disponibilizar informações sobre as centrais de atendimento à mulher, esclarecimento sobre os direitos sexuais, reprodutivos e no campo da saúde em geral, não apenas para as mulheres brancas, mas às negras, indígenas, com deficiências, LGBTs, jovens e idosas. Além de proporcionar orientação sobre a os direitos trabalhistas, promover cursos de capacitação e educação financeira para que as mulheres conquistem a autonomia financeira.

No âmbito cultural, a biblioteca pode realizar ações de valorização da mulher e da diversidade; viabilizar a apresentação de teatros, danças, palestras e rodas de leitura em torno das questões femininas, que deem visibilidade às figuras femininas do mundo das artes e às próprias moradoras da comunidade, criando condições para o empoderamento dessas mulheres.

Entretanto, para que essas ações se efetivem é preciso que haja recursos financeiros, tecnológicos, humanos e intelectuais – o que permanece sendo o maior desafio, pois de certa forma ainda existe um investimento muito escasso no Brasil em relação à educação e à cultura, tanto para bibliotecas governamentais, quanto as não governamentais – além da ação mediadora e da responsabilidade social das pessoas que atuam nesses espaços.

Tendo como ponto de referência as investigações de Elisa Machado, selecionamos a biblioteca comunitária Abdias Nascimento a partir das características destacadas pela autora para comporem a pesquisa – sem, no entanto, deixar de observar e apresentar suas peculiaridades – observando se essa realiza ou não ações voltadas para mulheres e, caso realize, quais são essas ações.

5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa tem como fundamentação a Teoria Crítica da Informação, que compreende a informação como um insumo essencial à criticidade dos sujeitos, porém disponibilizada de forma desigual e usada como dispositivo de dominação (ARAUJO, 2009); os estudos sobre a mediação da informação (GOMES, 2014) como meio para o protagonismo social (PERROTTI, 2017); a ideia freireana de autonomia por meio da educação crítica (FREIRE, 1983, 1996, 2011); e a teoria feminista interseccional (CHENSHAW, 2012; RODRIGUES, 2013).

Tendo como base a bibliografia consultada a respeito do acesso e apropriação da informação na sociedade atual, assim como a importância da mediação no processo de autonomia do sujeito, essa pesquisa se propõe a conhecer quais ações de mediação são realizadas na biblioteca comunitária Abdias Nascimento, localizada na zona norte de Londrina/PR, e quais têm como alvo as mulheres dessas comunidades. Para tanto, optou-se pela pesquisa de natureza qualitativa, exploratória e descritiva, tendo como ferramenta para coleta de dados a entrevista semiestruturada.

Toda pesquisa científica é bibliográfica, portanto, partiremos do referencial teórico para construir nosso conhecimento, entretanto, torna-se impossível perceber as ações de mediação em um ambiente específico sem métodos empíricos. Tendo como intenção nos familiarizarmos com o ambiente da pesquisa e descrever um caso específico, elegeu-se o estudo exploratório-descritivo combinado como o procedimento mais adequado. Segundo Marconi e Lakatos (2010, p. 171), os estudos exploratório-descritivos combinados

[...] são estudos exploratórios que têm por objetivo descrever completamente determinado fenômeno, como por exemplo, o estudo de um caso para o qual são realizadas análises empíricas e teóricas. Podem ser encontradas tanto descrições quantitativas e/ou qualitativa quanto acumulação de informações detalhadas, como as obtidas por intermédio da observação participante. Dá-se precedência ao caráter representativo sistemático e, em consequência, os procedimentos de amostragem são flexíveis.

Para Marconi e Lakatos (2010, p.178), a entrevista “é um procedimento utilizado na investigação social, para a coleta de dados ou para ajudar no diagnóstico ou no tratamento de um problema social”. Pretende-se com a entrevista levantar os dados sobre a biblioteca e sobre as mulheres que a frequentam, visando diagnosticar as mediações existentes ou não nesse espaço. Não se pretende, com a entrevista, acumular informações quantitativas, mas sim compreender comportamentos e ações, portanto, é uma pesquisa qualitativa e, por essa razão, julga-se mais adequado o emprego de entrevista semiestruturada:

As entrevistas semiestruturadas combinam perguntas abertas e fechadas, onde o informante tem a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto. O pesquisador deve seguir um conjunto de questões previamente definidas, mas ele o faz em um contexto muito semelhante ao de uma conversa informal. O entrevistador deve ficar atento para dirigir, no momento que achar oportuno, a discussão para o assunto que o interessa fazendo perguntas adicionais para elucidar questões que não ficaram claras ou ajudar a recompor o contexto da entrevista, caso o informante tenha “fugido” ao tema ou tenha dificuldades com ele. Esse tipo de entrevista é muito utilizado quando se deseja delimitar o volume das informações, obtendo assim um direcionamento maior para o tema, intervindo a fim de que os objetivos sejam alcançados. (BONI; QUARESMA, 2005, p. 75).

O contato com o bibliotecário Marcos Moraes, da Biblioteca Municipal de Londrina/PR, tornou possível identificar quatro bibliotecas comunitárias na cidade, sendo elas: a Vila Cultura Associação de Democratização da Comunicação (ADECOCOM), localizada no Conjunto Saltinho; a Biblioteca Comunitária Abdias Nascimento (pertencente à Vila Cultural Flapt), no Conjunto Habitacional Luiz de Sá; a Biblioteca Comunitária do Jardim Vista Bela; e a Biblioteca da Vila Cultural Vitória, no Jardim Cristal.

O contato com os responsáveis por essas bibliotecas revelou que apenas a Biblioteca Comunitária Abdias Nascimento encontra-se em funcionamento, as outras três unidades encerraram suas atividades por falta de recursos. Por essa razão, o universo de pesquisa ficou restrito à Biblioteca Comunitária Abdias Nascimento, sendo a entrevista realizada com o responsável pela unidade que recebeu o nome fictício de Poirot – a idealizadora da Flapt foi citada na entrevista e recebeu o codinome Christie.

A entrevista foi realizada a partir de sete perguntas que nortearam a conversa e buscaram levantar informações sobre o perfil dos usuários, quais ações a biblioteca realiza para mulheres, o que o responsável entende por mediação da informação, quais parcerias possui e se a biblioteca está aberta a propostas. Para a construção desses sete tópicos, teve-se como referência o trabalho de Clara Duarte Coelho (2018), que realizou pesquisa sobre bibliotecas comunitárias, utilizando-se de entrevista semiestruturada.

5.1 Descrição do Universo de Pesquisa

A Biblioteca Comunitária Abdias Nascimento pertence à Vila Cultural Flapt, localizada atualmente na Rua Lino Sachetin, 498, no Conjunto Habitacional Luiz de Sá, Zona Norte de Londrina/PR. A Flapt é uma organização não governamental que iniciou suas atividades em 2001 como Associação dos Colaboradores da Gibiteca de Londrina, transformada em Flapt, em 2012, pela então presidente Christie, antropóloga e professora da Universidade Estadual de Londrina.

A gibiteca se transformou em vila cultural e seu acervo passou a compor a Biblioteca Comunitária Abdias Nascimento, antes de se estabelecer no Luiz de Sá, a vila passou por quatro lugares diferentes e a coleção de gibis sofreu grande perda devido a questões burocráticas. Hoje, a biblioteca é formada por aproximadamente 2000 livros, além da coleção de gibis e dos livros infantis produzidos pela vila cultural.

A professora Christie valorizava a cultura africana e afro-brasileira e a cultura popular, por essa razão a biblioteca possui um acervo rico, especialmente, de literatura infantil, que traz conhecimentos sobre as culturas africanas e sobre o folclore brasileiro. O objetivo de Christie era promover a arte e cultura para as comunidades carentes e assim o fez, até 2015, quando veio a falecer.

Em 2015, o jornalista Poirot assumiu a presidência da ONG e estruturou o espaço conforme ele se encontra hoje. A vila cultural se mantém por meio das ações solidárias e pelo Programa Municipal de Incentivo à Cultura de Londrina (PROMIC), o espaço é destinado a atender às aulas e oficinas – dança, teatro, capoeira, ilustração e o clube de histórias – da comunidade e mantém relação com a Associação de Moradores e com o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) do bairro.

A biblioteca ainda não é automatizada e não possui um sistema de classificação adequado, encontra-se em processo de organização, o que limita as atividades que poderiam ser realizadas na biblioteca. Os empréstimos são feitos manualmente e apenas o público interno e os alunos que frequentam regularmente as aulas fazem uso do acervo.

6 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Por meio da entrevista com Poirot, foi possível realizar um diagnóstico da Biblioteca Comunitária Abdias Nascimento, Londrina/PR em relação às ações que são realizadas nesse espaço, o perfil do público que a utiliza, quais as percepções da ONG sobre mediação e qual a disposição desta para realizar atividades voltadas às mulheres.

De acordo com o presidente da biblioteca, o usuário tem perfil jovem e é formado em sua maioria por mulheres, a FLAPT cede espaço para realizar oficinas da Associação de Moradores e do CRAS. Apenas os alunos e alunas dessas oficinas utilizam o acervo e com pouca frequência, além dos professores. O que torna a frequência baixa é o fato de a biblioteca não ser automatizada e não ter um responsável exclusivo, o que dificulta o empréstimo. Além disso, há um grupo muito restrito de usuários. Percebe-se que a comunidade ainda não tem conhecimento sobre a vila cultural e sua biblioteca comunitária.

Durante a entrevista, foi perguntado se a biblioteca desenvolve alguma ação que tenha como foco as mulheres da comunidade e descobriu-se que não há nenhuma atividade regular com esse fim. A vila cultural realiza atividades todos os dias da semana,

porém não há nenhuma ação contínua na biblioteca dedicada às mulheres. Segundo Poirot, ocorreram apenas eventos pontuais, como palestras sobre educação sexual para estudantes e a 1º Mostra de Mulheres Artistas do grupo GEMA.

Para o presidente da biblioteca, a mediação da informação é a ação de transmitir informações e acontece de forma institucional – quando a Flapt transmite as informações que chegam até ela, como cursos de capacitação, eventos, campanhas, etc. – e também no trabalho pedagógico dos professores das oficinas, que desenvolvem o trabalho em grupo e buscam abrir espaço para discussões e acolhimento.

Poirot considera a informação essencial para transformar a realidade das mulheres e contou alguns casos em que percebeu a influência da Flapt na vida de mulheres que frequentam o espaço. Contou como o clube de histórias melhorou o comportamento de um aluno autista e, conseqüentemente, da tia e avó do menino, que não sabia bem como lidar com o autismo; assim como as campanhas de combate à violência contra a criança e contra o abuso sexual que refletem no ambiente familiar, em sua maioria, chefiado por mulheres.

Atualmente, a biblioteca não mantém parceria com nenhuma organização diretamente ligada às mulheres, apenas com a Associação dos Moradores e com o CRAS, entretanto os responsáveis pela biblioteca conhecem as principais organizações formadas por mulheres que atuam no Jardim Luiz de Sá e arredores, como a Associação de Mães e Moradores do Conjunto Aquiles Stenghel – com a qual já teve parceria, quando a Flapt se localizava no Aquiles – e a Associação Cristã De Mulheres In Casa De Talentos.

A Flapt passou por uma desestruturação muito grande com a morte de Christie e ficou algum tempo sem projetos culturais aprovados pelo PROMIC, o que prejudicou a Biblioteca Comunitária Abdias Nascimento. A vila cultural não realiza atividades na biblioteca e a participação das mulheres nesse espaço é afetada diretamente. Entretanto, as aulas de dança do ventre realizadas na Flapt atendem um grupo de aproximadamente 30 mulheres e, segundo Poirot, o envolvimento dessas mulheres vai além das aulas: elas encontraram um ambiente de acolhimento e levam um sentimento de pertencimento, tanto que foram elas as responsáveis pelo último mutirão que limpou e organizou a biblioteca.

Sobre esse aspecto, relatou:

[...] a gente não conseguia formar público, a falta dos projetos deixou a gente sem público e o público a quem poderia ajudar a melhorar o espaço, eram as pessoas internas mesmo da organização e aí agora a gente tem esse envolvimento que pra gente é muito importante, o movimento delas, a sensação de pertencimento mesmo, de querer ver melhora no espaço, de querer que as atividades se ampliem. A dança do ventre é às vezes muito estigmatizada, mas as aulas acontecem a todo vapor, as mulheres vêm, participam, tem uma que vem com o carrinho de bebê, o neném fica ali deitadinho enquanto ela faz aula, ela não poderia fazer isso em outro lugar, ela não teria onde, em uma escola tradicional talvez não tivesse nem espaço pra ela levar o bebê. Eu acho que foi uma aproximação bem orgânica, esse é o principal ponto positivo assim e que é um movimento delas, é uma energia que vem delas.

Para concluir a entrevista, foi perguntado se os responsáveis pela biblioteca pensam em realizar alguma ação voltada para mulheres e se estão abertos à proposta, obteve-se resposta positiva e por essa razão nos disponibilizamos para pensarmos juntos atividades que possam ser realizadas na biblioteca de forma a contribuir para o empoderamento das mulheres dessa comunidade.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo inicial desta pesquisa era realizar um levantamento das bibliotecas comunitárias de Londrina/PR e analisar, em todas elas, se existem atividades de mediação da informação para mulheres e como essa mediação acontece, buscando ressaltar a importância da biblioteca comunitária e da mediação no combate à opressão contra as mulheres e no empoderamento dessas, assim como frisar a importância das bibliotecas comunitárias para a democratização da informação. Porém, como dito, as outras três unidades não estavam mais em funcionamento, o que incita questionamentos sobre as dificuldades em manter bibliotecas comunitárias em Londrina/PR. Por essa razão, o trabalho voltou-se apenas para a Biblioteca Comunitária Abdias Nascimento.

De acordo com a prefeitura de Londrina (LONDRINA, 2019), a região norte, apesar de sua extensão, possui apenas uma biblioteca pública municipal, enquanto a região central possui quatro bibliotecas. Esses dados confirmam a Teoria Crítica, na qual a informação é um produto distribuído de forma desigual, e demonstra a importância de espaços alternativos que transformem essa realidade.

A maior contribuição deste trabalho é a reflexão sobre a função das bibliotecas comunitárias e dos bibliotecários e bibliotecárias em uma sociedade machista, misógina

e que apresenta desigualdades severas em relação ao acesso à informação. Os paradigmas da Biblioteconomia mudaram desde sua instituição enquanto ciência, porém ficam muitas vezes restritos ao meio acadêmico, enquanto mulheres são mortas diariamente, vítimas não só do machismo, mas da inércia das organizações que deveriam ser politizadas.

A pesquisa indicou que a unidade não realiza nenhuma mediação da informação para mulheres, entretanto percebeu-se que a Flapt tem um envolvimento muito forte com as questões raciais e femininas e que já realizou eventos específicos para o público feminino, apesar de não ter envolvido a biblioteca nesses acontecimentos.

Dada a receptividade do responsável pela biblioteca comunitária, nos disponibilizamos para organizar atividades que tenham como foco as mulheres da comunidade. Atualmente, as pesquisadoras colaboram com a organização do acervo e automação da biblioteca, utilizando o software Biblivre. Essa pesquisa possibilitou não apenas um diagnóstico da situação atual do espaço e a produção de um trabalho científico, mas um envolvimento humanitário que almeja florescer.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA JUNIOR, Oswaldo Francisco de. **Bibliotecas públicas e bibliotecas alternativas**. Londrina: EDUEL, 1997.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. **Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação: o diálogo possível**. Brasília, DF: Briquet de Lemos; São Paulo: ABRAINFO, 2014.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Correntes teóricas da ciência da informação. **Ci. Inf.**, Brasília, DF, v. 38, n. 3, p.192-204, set./dez., 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v38n3/v38n3a13.pdf>. Acesso em: 03 abr. 2018.

BATISTA, Carmem Lucia. Os conceitos de apropriação: contribuições à Ciência da Informação. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 24, n. 2, p. 210-234, maio/ago. 2018. Disponível em: <http://www.seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/download/74317/47702>. Acesso em: 27 maio 2018.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo: a experiência vivida**. 2.ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.

_____. **O segundo sexo: fatos e mitos**. 4.ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

BONI, Valdete; QUARESMA, Silva Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em ciências sociais. **Em Tese Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**, v. 2, n. 1 (3), janeiro-julho/2005, p. 68-80. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/viewFile/18027/16976>. Acesso em: 16 jan. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes curriculares para os cursos de graduação**. 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0492.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2018.

COELHO, Clara Duarte. **As bibliotecas comunitárias e o fomento à leitura: uma análise da Rede Leitora Terra das Palmeiras de São Luís-MA**. 2018. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2018. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.uel.br/document/?view=vtls000217391>. Acesso em: 16 jan. 2019.

CHENSHAW, Kimberlé. A Interseccionalidade na Discriminação de Raça e Gênero. In Paine 1 - **Cruzamento Raça e Classe**, [2012?]. Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/09/Kimberle-Crenshaw.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2018.

DUDZIAK, Elisabeth Adriana. O bibliotecário como agente de transformação em uma sociedade complexa: integração entre ciência, tecnologia, desenvolvimento e inclusão social. **PontodeAcesso**, Salvador, v.1, n.1, p. 88-98, jun. 2007. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/moci/article/viewFile/2202/1410>. Acesso em: 16 jan. 2019.

FLUSSER, Victor. A biblioteca como um instrumento de ação cultural. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**: Belo Horizonte, v.12, n.2, p. 145-169, set./1983. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/article/download/15776>. Acesso em: 16 jan. 2019.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 14. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

_____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura).

_____. **Pedagogia do oprimido**. 13. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GOMES, H. A dimensão dialógica, estética, formativa e ética da mediação da informação. **Informação&Informação**, Londrina, v. 19, n. 2, p. 46 – 59, maio./ago. 2014. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/download/19994/19090>. Acesso em: 16 jan. 2019.

LONDRINA. Prefeitura de Londrina. **Bibliotecas Públicas Municipais de Londrina**. Londrina, 2019. Disponível em: https://www.londrina.pr.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=7&Itemid=12. Acesso em: 16 jan. 2019.

MACHADO, Elisa C. **Bibliotecas comunitárias como prática social no Brasil**. 2008. Tese (Doutorado em Cultura e Informação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-07012009-172507/publico/Tese.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2019.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MORAES, Marielle Barros de; LUCAS, Elaine de Oliveira. A responsabilidade social na formação do bibliotecário brasileiro. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 109 - 124, jan./jun. 2012. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4656/465645974007.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2019.

OLIVEIRA, Marlene de. (coord.). **Ciência da Informação e Biblioteconomia: novos conteúdos e espaços de atuação**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

ORTEGA, Cristina D. Relações históricas entre Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação. **DataGramaZero**, v.5, n.5, out. 2004. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/article/download/7649>. Acesso em: 16 jan. 2019.

PERROTTI, Edmir. Sobre informação e protagonismo social. In: GOMES, Henriette Ferreira; NOVO, Hildenise Ferreira (Orgs). **Informação e protagonismo social**. Salvador: EDUFBA, 2017.

RODRIGUES, Cristiano. Atualidade do conceito de interseccionalidade para a pesquisa e prática feminista no Brasil. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 10., 2013, Florianópolis. **Anais Eletrônicos** [...]. Florianópolis, 2013. Disponível em: <https://poligen.polignu.org/sites/poligen.polignu.org/files/feminismo%20negro2.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2019.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, v.15, n.2, jul./dez. 1990. p. 05-22. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/issue/viewIssue/3059/325>. Acesso em: 16 jan. 2019.

SOUZA, Francisco das Chagas de. **Organização do conhecimento na sociedade**. Florianópolis: UFSC. Centro de Ciência da Educação. Núcleo de publicações, 1998.

WERTHEIN, Jorge. A sociedade da informação e seus desafios. Brasília: **Ci. Inf.**, v.29, n. 2, p. 71-77, maio/agosto. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v29n2/a09v29n2.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2019.

AGRADECIMENTOS

Obrigada, Poirot, pela receptividade e gentileza com que nos recebeu e que tornou essa pesquisa tão agradável. Parabéns pelo trabalho maravilhoso que desempenha e que a esperança em uma sociedade mais justa nunca o deixe parar. Obrigada a todas as mulheres que nos antecederam e lutaram para que hoje pudéssemos ser pesquisadoras, em especial, Christie que, sem dúvidas, transformou vidas e continua a levar diversão e arte para quem mais precisa por meio de seu legado. Por fim, agradecemos às circunstâncias que nos fizeram parceiras de pesquisa, não é todo dia que se encontra uma boa parceria.

Recebido em: 26 de fevereiro de 2019 Aprovado em: 09 de novembro de 2019 Publicado em: 16 de janeiro de 2020
--